

	Estado de Mato Grosso Assembleia Legislativa	
Despacho	NP: fyd1jufx SECRETARIA DE SERVIÇOS LEGISLATIVOS 17/12/2025 Projeto de lei nº 2073/2025 Protocolo nº 13382/2025 Processo nº 4151/2025	
Autor: Dep. Beto Dois a Um		

Institui o Programa Estadual de Aprendizagem Integral em Tempo Parcial no âmbito da rede pública estadual de ensino e dá outras providências.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, tendo em vista o que dispõe o Art. 42 da Constituição Estadual, aprova e o Governador do Estado sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Fica instituído o Programa Estadual de Aprendizagem Integral em Tempo Parcial, com a finalidade de orientar e estimular a oferta de atividades educativas extraclasse, de forma complementar à jornada escolar regular, por meio de apoio comunitário e utilização de boas práticas pedagógicas.

Art. 2º O Programa terá caráter orientativo e não obrigatório, consistindo na elaboração e disponibilização de Manual Estadual de Boas Práticas de Aprendizagem Integral em Tempo Parcial.

Art. 3º O Manual de Boas Práticas deverá conter diretrizes pedagógicas e operacionais, podendo contemplar:

- I – sugestões de atividades culturais, esportivas, ambientais e socioeducativas;
- II – orientações para parcerias com associações comunitárias, universidades, entidades culturais e esportivas;
- III – metodologias de aprendizagem ativa e interdisciplinar;
- IV – estratégias de inclusão e participação de estudantes em situação de vulnerabilidade;
- V – formas de acompanhamento e avaliação das atividades extraclasse.

Art. 4º A Secretaria de Estado de Educação – SEDUC será responsável pela coordenação do Programa e pela elaboração do Manual, podendo articular-se com outros órgãos estaduais, municípios e instituições parceiras.

Art. 5º As atividades orientadas pelo Programa deverão priorizar o aproveitamento de espaços públicos, equipamentos comunitários e recursos já disponíveis, respeitada a autonomia das unidades escolares.

Art. 6º A implementação do Programa ocorrerá preferencialmente em formato digital, utilizando plataformas educacionais já existentes, sem criação de novas despesas obrigatórias ou ampliação da carga horária docente.

	Estado de Mato Grosso Assembleia Legislativa	
---	--	---

Art. 7º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

A ampliação das oportunidades de aprendizagem além do currículo tradicional é fundamental para o desenvolvimento integral dos estudantes, especialmente em contextos de vulnerabilidade social. Atividades extraclasse de natureza cultural, esportiva, ambiental e socioeducativa contribuem para o fortalecimento de habilidades socioemocionais, o estímulo ao protagonismo juvenil e a melhoria do vínculo entre escola e comunidade.

O Programa Estadual de Aprendizagem Integral em Tempo Parcial propõe uma abordagem orientativa, por meio da elaboração de um manual de boas práticas, respeitando a autonomia das unidades escolares e as especificidades territoriais. A iniciativa não impõe ampliação de jornada escolar nem cria obrigações rígidas, mas oferece referências pedagógicas que podem ser adaptadas conforme a realidade local.

A valorização do apoio comunitário e das parcerias institucionais amplia o alcance das ações educativas, permitindo que escolas utilizem equipamentos públicos, associações locais e iniciativas sociais como espaços complementares de aprendizagem. Essa integração fortalece o papel da escola como polo de desenvolvimento comunitário.

Do ponto de vista orçamentário, o impacto é reduzido, uma vez que o Programa se baseia na produção de conteúdo orientativo em formato digital e no uso de estruturas já existentes. Não há previsão de contratação de pessoal, criação de novos cargos ou ampliação de despesas continuadas, garantindo viabilidade financeira e alinhamento aos princípios da responsabilidade fiscal.

Trata-se, portanto, de iniciativa pedagógica de alto valor social, baixo custo e grande potencial de inovação educacional, razão pela qual se submete o presente Projeto de Lei à apreciação desta Casa Legislativa.

Edifício Dante Martins de Oliveira
Plenário das Deliberações “Deputado Renê Barbour” em 17 de Dezembro de 2025

Beto Dois a Um
Deputado Estadual